

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE
2003, ÀS 13:00 HORAS.

ATA Nº 045

PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Boa-tarde!

Nós gostaríamos de dar início a esta Audiência Pública, que foi requerida pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, com o objetivo de discutir propostas do Plano Plurianual 2004/2007 e do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2004. O tema de hoje é educação e esportes.

Nós estamos aqui presidindo a Mesa, porque somos Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

Gostaríamos de compor a Mesa com o Deputado Alencar Soares que já está aqui e o Deputado Carlão Nascimento. Gostaríamos de convidar para compor a Mesa o Sr. Baiano Filho, que é Secretário de Estado de Esportes, o Sr. Yênes de Jesus Magalhães, que é Secretário de Planejamento de Coordenação Geral, e também o Sr. Deoclesiano Ferreira Vieira que, neste ato, representa a Secretária de Estado de Educação, Ana Carla Muniz.

Gostaríamos, neste momento, de citar as autoridades presentes: Paulo Eduardo, Presidente do Conselho Municipal de Educação de Cuiabá; Derly Barros Bulhões, Assessora de Estado de Cultura; Wilson Kisho, Secretário Adjunto de Esportes; Zenilda Maria Maciel Dessi, Economista da Secretaria de Planejamento; Paulo Fernandes, Gestor Governamental da Secretaria de Planejamento; Marlene Marchese, Assessora Especial da Secretaria de Planejamento; Mara Cardevale, Assessora de Imprensa da Secretaria de Estado de Educação; Paulo Henrique Leite Oliveira, Gestor Governamental da Secretaria de Planejamento; Isabel Consuelo, Chefe de Planejamento da Secretaria de Cultura; Erlaine Rodrigues, Gestora Governamental da Secretaria de Planejamento; Evaldo Pozetti, Superintendente de Orçamento da Secretaria de Planejamento; Leonilda Santiago, Assessora de Planejamento da Secretaria de Esportes; Fernando Antônio Almeida, Superintendente de Planejamento do Estado; Nilva Eubank Gomes, da Secretaria de Estado de Educação; Régis Oliveira, Presidente Municipal da Juventude do Partido Verde; Carlos Roberto dos Santos, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Vila da Serra; Vanildes Ferreira dos Santos, neste ato, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil.

Nós vamos dar início a esta Audiência Pública. O objetivo desta Audiência Pública é discutir o PPA 2004/2007 e o Orçamento do Estado para 2004, que estão tramitando na Assembléia Legislativa.

Na reunião de Colégio de Líderes realizada há quinze dias, nós definimos uma série de audiências para discutirmos essas duas peças. Com isso, nós Parlamentares poderemos estar apresentando emendas, que serão apresentadas até o dia 03 de dezembro. Então, a idéia da Audiência Pública é para nós termos a presença dos gestores, nós acompanharmos o que tem de decisão orçamentária, para onde vão ser alocados esses recursos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE
2003, ÀS 13:00 HORAS.

Eu gostaria de consultar a Mesa. Nós fizemos um trabalho, copilamos os dois orçamentos específicos da educação e do esporte, poderíamos estar apresentando esse material já com algumas questões para serem respondidas, em seguida, nós passaríamos aos gestores para que eles pudessem responder e aos Deputados também que queiram também fazer alguns questionamentos. Pode ser?

O Sr. Carlão Nascimento - Sr^a Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Cumprimento o Secretário Baiano Filho, o Deoclesiano, neste ato, representando a Secretária de Educação, o meu amigo Yênes, todos vocês que estão presentes aqui, secretarias envolvidas, a ex-Secretária de Educação, Marlene Silva, que tem dado uma assessoria à Comissão de Educação, e o ex-Deputado Benedito Pinto, que também assessora a Comissão de Constituição e Justiça no Orçamento.

Quero dizer que estabelecemos esse calendário de hoje até 02 de dezembro, que é o prazo limite para que todos os Srs. Deputados e a sociedade como um todo possam apresentar emendas ao PPA e ao Orçamento.

Então, nós queremos dizer, na qualidade de Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que nós estaremos recebendo essas emendas nesse período que nós já preestabelecemos. Como a Deputada Verinha Araújo já fez todo um trabalho, já fizemos todo um trabalho em cima da educação, não sei se de esporte também... Também.

Então, a Deputada Verinha Araújo vai fazer essa apresentação, nós vamos poder travar uma discussão no sentido do que nós podemos melhorar tanto no PPA como no Orçamento.

Uma outra coisa é que, todas essas emendas, nós vamos receber, depois nós vamos fazer aquele mesmo sistema que nós fizemos quando da discussão da LDO, para que nós possamos em um dia, dois dias, discutir e ver o que pode entrar, o que não pode entrar, tentar melhorar as emendas dos Srs. Deputados e da sociedade como um todo, para que nós possamos aproveitar o máximo a questão da contribuição que a sociedade vem dar tanto ao PPA como ao Orçamento. O que nós estamos discutindo agora é o que o Governador vai fazer nos próximos quatro anos. Esse Governo e o próximo, o próximo ainda vai pegar um ano de PPA. Quer dizer, então, é importante que nós discutamos bem a questão do PPA. Como nós votamos a LDO do ano que vem sem conhecer o PPA, é importante que nós discutamos bastante para poder ver a questão do Orçamento do ano que vem.

Então, com isso eu acho que um papel que eu estou percebendo aqui no Parlamento é o papel muito mais de fiscalizar, daí a discussão. Quer dizer, nós vamos discutir para poder votar, o societário vai discutir conosco, nós vamos votar essas leis e aí nós vamos ter a oportunidade de cada ano acompanhar e avaliar o que o Governo tem feito dentro daquela proposta que foi prevista tanto no PPA como em cada Orçamento. Portanto, é importante que nós façamos essas discussões e aí vamos tirar daqui as melhores emendas para que nós possamos cada vez mais melhorar não só o PPA mas também melhorar o Orçamento do Estado. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O Yênes Magalhães solicitou a palavra.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Deputada Verinha Araújo, que preside esta Audiência Pública, Deputado Dilceu Dal Bosco, Deputado Carlão Nascimento, Secretário Baiano Filho, companheiros aqui presentes, e o Clóvis, representando a Secretaria de Educação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 13:00 HORAS.

Eu pedi a palavra, senhoras e senhores, funcionários do Estado, Sr^a Presidente Verinha Araújo, para primeiro fazer um agradecimento à Assembléia Legislativa por esse processo. É um processo novo no Estado de Mato Grosso. Nós começamos isso já na LDO, quando nós ficamos dois dias aqui nesta Casa, neste espaço, discutindo todas as emendas que tinham sido apresentadas pelos Deputados e agora nós estamos experimentando também e com muito mais vigor, na questão do Plano Plurianual e do Orçamento 2004. Nós temos uma preocupação muito grande.

Eu pedi a palavra primeiro para conclamar a primeira reunião que nós fazemos, tudo é novo para nós, tanto para a Assembléia Legislativa quanto para o Governo do Estado, mas eu queria ressaltar, na presença do Secretário Baiano Filho, a importância dos Secretários acompanharem essa discussão. Na Secretaria de Planejamento, nós coordenamos o PPA e o Orçamento, mas na verdade a partir do momento em que um determinado Deputado tiver alguma emenda para diminuir recurso nesse ou naquele projeto, para remanejar para cá ou para lá, a SEPLAN não tem condições de assumir essa responsabilidade. Então, há necessidade do envolvimento total da Secretaria, para que depois nós não tenhamos solução de continuidade com relação a esses encaminhamentos.

Um outro fato muito importante que eu quero ressaltar, Deputado Carlão Nascimento, é que é um processo novo. A elaboração do Orçamento, nós mudamos toda a sua sistemática. Não é mais por meta, ele passou a ser por programas, e é por isso que o PPA é imenso, porque está extremamente detalhado com programas, projetos, atividades, ações, responsabilidades, com os indicadores que nós estamos construindo para poder fazer o acompanhamento que eu considero a parte mais importante da gestão, que é elaboração, execução e o que o Estado não fazia: acompanhamento, avaliação e replanejamento.

Daí nós contamos com o apoio dos Srs. Deputados, para o PPA poder todo ano ser revisto, refinado e adequado para aquela realidade, para uma realidade mais próxima da necessidade da população. Então, todo ano, até o dia 15 de abril, data em que nós encaminhamos a LDO para a Assembléia Legislativa, nós vamos estar revendo as ações, os projetos, os programas do PPA, juntamente com os Srs. Deputados.

Para concluir, Deputada Verinha Araújo, o PPA e o Orçamento foram elaborados pelos órgãos do Governo do Estado, mas o momento que se começa agora é extremamente importante para nós. Nós não somos donos da verdade. Nós buscamos identificar e buscamos discutir com todas as Secretarias, para que nós pudéssemos fazer um PPA mais próximo da realidade. Mas, na verdade, os Srs. Deputados que representam todos os municípios deste Estado, que representam a sociedade mato-grossense, vão poder, neste momento, nos ajudar a fazer com que nós tenhamos um Plano Plurianual e um Orçamento mais democrático e mais próximo da necessidade da população.

Então, é um momento extremamente importante, um momento ímpar, em que nós vamos construir juntos, ao final desse processo, no dia que forem aprovados o PPA e o Orçamento. Ele não é o PPA do Governo do Estado, ele é o PPA do Estado de Mato Grosso, ele é o Orçamento do Estado de Mato Grosso. Então, por isso ele vem para esta Casa de Leis, onde precisa ser amplamente discutido, e nós aproveitamos a oportunidade para melhorá-lo ainda mais.

Eu quero ressaltar o papel do servidor público, das pessoas que contribuíram ao longo de todo esse processo, desde a primeira audiência pública, de discussão do PPA. E foram dezesseis audiências, em dezesseis municípios mato-grossenses. Eu agradeço de coração aos que estão aqui presentes, em nome do Governador Blairo Maggi, porque foi um processo difícil de ser

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE
2003, ÀS 13:00 HORAS.

construído. Houve momentos em que eu achei que não iríamos conseguir trazer esse documento para cá, mas no final fiquei extremamente contente, satisfeito. Eu vejo que o nível técnico dos funcionários do Estado é muito bom e nós vamos poder discutir esse processo a partir desse momento. Obrigado, Deputada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Alguém mais da Mesa gostaria de utilizar da palavra agora, ou posteriormente? (PAUSA).

Então, vamos abrir a exposição.

Se o Deputado Carlão Nascimento depois puder coordenar aqui, eu os convido para acompanharmos a exposição à frente.

(NESTE MOMENTO, É DESFEITA A MESA DOS TRABALHOS.)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Boa-tarde a todos e a todas.

Eu quero agradecer. Na verdade, nós estamos com esse atraso em função de que, às 10:00 horas, nós tivemos a presença aqui do Secretário de Estado de Saúde, Marcos Henrique Machado, que veio prestar contas da saúde. Estamos lá desde as 10:00 horas e acabou agora, às 13:00 horas. Por isso atrasamos e pedimos desculpas.

Na verdade, nós queremos trazer alguns dados, até para alguns colegas que, ainda, não tiveram como se ater ao PPA ou mesmo ao Orçamento, e também para contribuir com o nosso trabalho parlamentar de apresentar emendas. Hoje, estamos com a discussão especificamente sobre a educação, que está, inclusive, mobilizada pela recomposição salarial. Eu acredito, não sei se já temos a presença de alguém do SINTEP, que eles baterão às portas da Assembléia Legislativa para vermos no Orçamento o que podemos trabalhar para o ano que vem.

(A ORADORA PROCEDE A SUA EXPLANAÇÃO, FAZENDO USO DE *DATA-SHOW*.)

Então, o PPA todo, os próximos quatro anos, é de doze bilhões, quatrocentos e vinte e seis milhões de reais. Esse é o PPA. Desses doze bilhões, quatrocentos e vinte e seis milhões, está ali especificado ano a ano, o total de recursos públicos e o total de parcerias extraorçamentárias. Então, vocês podem observar que há um crescimento considerável de ano para ano.

Depois, nós separamos dos doze bilhões, quatrocentos e vinte e seis milhões os específicos: Programa de Apoio Administrativo Específico, Programas Finalísticos - está ali, inclusive grifamos o acumulado dos quatro anos - e Programa de Gestão de Políticas Públicas. Então, dos doze bilhões, quatrocentos e vinte e seis milhões, seis seiscientos e cinquenta e cinco são só programas de apoio administrativo, e os programas do PPA somam cinco bilhões, setecentos e setenta milhões.

Nós separamos aqui no quadro demonstrativo dos programas de Governo, ano a ano, pessoal e encargo, o que isso vai representar em termos de percentual do PPA. Então, está ali: Programa de Apoio Administrativo, Programas Finalísticos, separados por recursos públicos e parcerias, Programa de Gestão de Políticas Públicas, e quanto que isso significa do total do PPA. Nós percebemos que há um aumento gradual dos gastos com o pessoal e encargos e há uma diminuição substancial dos recursos das parcerias.

Esse é o quadro demonstrativo de variação percentual ano a ano. Esses parênteses significam quedas. Então, nós vemos lá que, de 2004 para 2005, há uma queda nos Programas Finalísticos. Essa queda é mais acentuada no primeiro ano de 2004 para 2005, mas depois ela se recupera minimamente, mas no geral há uma queda acentuada de 5,82.

Nós programas de gestão de políticas públicas também há uma queda considerável no primeiro ano de 15,35. Recupera-se, mas no geral também é uma queda, especificando recursos públicos e extraorçamentários...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE
2003, ÀS 13:00 HORAS.

Com relação às metas, nós separamos esse aqui especificamente porque contem a Educação. Nós separamos alguns objetivos. Então, nós separamos esse primeiro, que é melhorar a qualidade de vida para promover a cidadania. Ele, no geral dos programas do PPA, representa 50% dos recursos e, do total do PPA, 23%.

Depois, vem esse outro objetivo estratégico: reduzir o número de pessoas em condições de vulnerabilidade social - 6,80% do total do PPA, do total dos programas com relação ao PPA 3,16%.

Não sei se precisaríamos estar dizendo, mesmo porque muitos aqui são técnicos, já conhecem esse quadro, então, nós separamos em dois quadros. O que esse objetivo significa do total dos programas do PPA e com relação a todo PPA, que é o outro quadro. Só para separar ali... Não sei se enfatizamos que foi nesse quadro aí...

O último, os outros Poderes, o que significa? Às vezes achamos que é muito, mas é 0,40%.

Aqui estão os programas de educação e desporto, que estão justamente no objetivo estratégico nº 01, que é: melhorar a qualidade de vida para promover a cidadania. Então, está lá a qualidade do ensino fundamental; expansão e fortalecimento do ensino médio; escolarização de jovens e adultos; educação no campo, que é uma parceria da SEDUC com a Secretaria de Desenvolvimento Rural; expansão, manutenção e melhoria do ensino superior - da UNEMAT, mas está nesse quadro.

Ali nº 02, da Secretaria de Esportes, temos: desenvolvimento do desporto e desenvolvimento do lazer; intercâmbio e integração cultural. Preservação do patrimônio cultural e ambiental está no objetivo estratégico nº 01, mas não é da educação nem do desporto, que tem inclusive parcerias.

Esse é o Programa Meu Lar, que é da Secretaria de Transportes. Quanto ele significa em termos do PPA e quanto ele significa em termos de todo o PPA quanto a recursos? É um valor considerável de recursos, que é o nº 02.

Objetivo estratégico nº 03: aqui está o Programa Estradeiro e o Programa da SECITES/FAPEMAT.

Então, vimos lá esses dois primeiros, que são da Secretaria de Ciência e Tecnologia, os três primeiros, o quarto é só da FAPEMAT e o último, que é da Secretaria Estadual de Transportes. Então, vejam que do total dos programas a Secretaria de Transportes ocupa 16%, mas do total do PPA 7,50%, bem acima de outros programas de outras Secretarias.

O objetivo nº 04 é um programa de educação ambiental integrada da FEMA e da SEDUC, mas percebemos que no orçamento da FEMA que há uma queda no orçamento de 2003 para 2004 em educação ambiental, mesmo com esses recursos previstos.

No objetivo nº 05, nós temos alguns programas de educação intersetoriais da UNEMAT, Mato Grosso e Saúde Tecnologia, frisamos ali valorização, e estão previstos ali 34,773 mil reais, que representa 0,28 de todo o PPA.

É importante nós frisarmos aqui a questão da gestão da tecnologia da informação, porque é muito dinheiro, são 243 milhões de reais previstos, e nós percebemos que este programa está presente em todas as Secretarias praticamente. Nós vamos ter que fiscalizar isso, porque isso significa... Tecnologia é algo hoje que nós estamos batalhando muito, nós falamos na inclusão social, e há um valor considerável, inclusive bem acima até da valorização dos nossos profissionais da educação. Ele ocupa 1,96 de todo o PPA, enquanto que os profissionais da educação, ocupam 0,28.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 13:00 HORAS.

E o objetivo nº 06, que é a questão da sustentabilidade da gestão das políticas públicas, garantindo equilíbrio fiscal, capacidade de financiamento do Estado, visando ao atendimento das necessidades da sociedade. São os outros Poderes, aqui nós temos o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e a Assembléia Legislativa. Quanto que isso ocupa também, de todo o PPA? Ali é o total que nós já frisamos.

Agora, vamos pegar o Orçamento da Educação, cruzando 2003/2004, um comparativo. Nós observamos aqui que de 2003 para 2004, no total de recursos da SEDUC, há uma ampliação no orçamento, pelo menos, nos recursos da SEDUC, de 4,83, isso em termos de número, mas se nós formos buscar em termos proporcionais, ou seja, o que os valores da SEDUC ocupavam no orçamento de 2003 e o que ela ocupa hoje, em 2004, em termos de crescimento de orçamento, há na verdade uma queda de 6,56, em termos proporcionais, que nós já colocamos lá. Os investimentos, vocês podem observar que os investimentos também, em termos proporcionais, nós analisamos que caem em termos de valores e caem em termos proporcionais quase 67%.

Esse é um quadro síntese da SEDUC, onde nós colocamos todas as funções de 2003 e 2004. Função Previdência Social - há um acréscimo no Orçamento de um ano para outro de 1,98, mas em termos proporcionais caem. Função Educação - 2,85, em termos de números, mas caem 8,14. Encargos Especiais também caem 20,30. Depois, nós fomos na função Administração Geral, que aqui já é folha de pagamento. Então, vocês vejam que mesmo ampliando 2,85 em termos proporcionais também caem, na Previdência, outros encargos. Depois alguns programas específicos da SEDUC. Programa de Apoio Administrativo. Então, há acréscimos mínimos em termos de números, mas caem consideravelmente, em termos proporcionais, tanto Apoio, Operações Especiais, Programas de Previdência para Inativos e Pensionistas no Estado, Outras Despesas Correntes. Grupos de Despesa: Recurso destinado à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, tem um acréscimo de 4,83, mas caem 6,56 em termos proporcionais.

No Fundo Estadual de Educação, também fizemos um comparativo que o acréscimo é de 8,17, 2003/2004, mas cai proporcionalmente também, tanto no Fundo Estadual, Pessoal como em Outras Despesas Correntes. Investimentos sobem proporcionalmente 2,22, que já é o contrário lá no outro quadro, no Fundo, ele já sobe um pouco mais, mas mínimo. Ainda no Fundo, a função Educação decresce também com relação ao Orçamento Geral do Estado, diminui proporcionalmente mais que o Fundo. Este decresce 7,32 com relação ao Orçamento.

Agora aqui, encargos especiais já é uma outra retomada, talvez o Dr. Deoclesiano possa explicar com relação ao Fundo.

Agora, temos no Fundo algumas subfunções. Nós deduzimos... Então, nós trabalhamos as subfunções do Fundo. Então, na subfunção Administração Geral, proporcionalmente há uma queda acentuada, apesar de crescer em termos de número. Na subfunção Tecnologia da Informação, vejam que quando eu mostrei no quadro do PPA que nós temos a previsão de mais de 240 milhões de recursos para todo o PPA em Tecnologia da Informação, aqui na Educação, essa subfunção cresce consideravelmente 326%. Até para sabermos depois para onde vão esses recursos, que escolas... Até no dia que nós trabalhamos o PPA aqui, não é, Sr. Deoclesiano, da Educação? Mais ou menos nós trabalhamos isso, para onde que eles vão. Ensino Fundamental é uma subfunção específica, hoje é uma responsabilidade do município e do Estado. Quer dizer, nós percebemos ali que há uma queda em termos de número, em termos proporcionais. A subfunção Ensino Médio e Ensino Profissional já há um acréscimo; Educação de Jovens e Adultos há um acréscimo também considerável de 80% e outros encargos especiais também.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 13:00 HORAS.

Aqui nós pegamos, no Programa de Apoio Administrativo, a Redução ao Analfabetismo. Vejam que tinha nesse programa em 2003 uma previsão orçamentária que não aparece aqui em 2004. Precisamos saber por que não aparece. Será que vai contar só com os recursos do Governo Federal? Ou seja, não vai ter nenhuma contrapartida do Estado? Vai contar só com os recursos do programa do Governo Federal, a Redução do Analfabetismo? Por que ele não aparece? Enquanto que ali, na Educação de Jovens e Adultos, há valorização dos profissionais da Educação, já aparece recurso previsto no Orçamento de 2004.

Nos Programas de Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental e Qualidade de Ensino Fundamental há uma queda de 68%. O Ensino Profissionalizante já não aparece nesse Orçamento de 2004, enquanto que a Educação Ambiental Integrada, a Formação Qualificada de Recursos Humanos, Educação no Campo e Consciência Fiscal já aparecem aqui com recursos previstos.

Depois temos Gestão da Tecnologia da Informação com esse valor. Também é aquele que não tinha em 2003.

Agora, o Fundo Estadual de Educação nas categorias de despesas, vamos ver aqui. Quota parte da contribuição do Salário Educação com muito pouco acréscimo em termos de número, havendo uma queda proporcional.

Pegamos ali, recurso destinado à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, um acréscimo de 10,76% proporcional. Depois temos lá o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, valorização do Magistério, onde proporcionalmente também tem uma queda. Nós precisamos saber o porquê, porque aqui é onde há contrapartida do FUNDEF. Por que isso ocorre?

Depois, nos recursos diretamente arrecadados pelos órgãos da administração indireta, há uma queda de 93% proporcional com relação a 2003.

E investimentos, que aqui apareciam no Orçamento de 2003, não aparecem em 2004. Convênios também ampliam numericamente pouquíssimo e caem proporcionalmente, e investimentos também.

Agora, na Secretaria de Esportes e Lazer, nós deduzimos que há redução substancial em todos os itens, principalmente em investimentos. Caem muito os recursos ordinários do Tesouro Estadual, da Secretaria de Esportes e Lazer.

Aqui nós trouxemos só o da Secretaria, o do Fundo não está aqui. Então, com relação à Secretaria, nós pegamos lá na parte de apoio administrativo. Eu queria depois saber por que há uma queda pessoal, Sr. Secretário. Vejam que lá no grupo de despesas, a última Fonte 100 lá cai de R\$1.534.000,00 em 2003 para R\$1.128.000,00. E encargos e outras despesas? Depois, eu gostaria que o Sr. Secretário de Esportes e Lazer me explicasse, se vai ter menos contrato, se vai reduzir pessoal, o que vai acontecer para ter essa queda.

Na parte de investimentos, nós também constatamos uma redução. Vai ter alguma contrapartida com outra Secretaria, com recurso federal? Por que há essa queda de investimentos?

Agora, nós trouxemos rapidamente, porque nós estamos com esse quadro de execução orçamentária do que significa o ICMS na arrecadação do Estado. Para os senhores terem uma idéia, esses dados são até setembro, de janeiro a setembro. De R\$2.055.000.000,00 previstos no Orçamento para arrecadação de ICMS, o Estado já tinha arrecadado até setembro R\$1.737.000.000,00, ou seja, 84%. Isso significa que nós vamos ter excesso de arrecadação, nós vamos superar o Orçamento. Então, a execução orçamentária pode ser bem mais qualificada que a previsão que nós tínhamos, ela vai ser superada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE
2003, ÀS 13:00 HORAS.

E aí nós separamos o quadro da Execução Orçamentária da Educação até agosto. Nós temos os dados até agosto, que nós tivemos acesso. Hoje, nós tivemos a presença do Secretário de Saúde aqui, mas ele já trouxe os dados de setembro, outubro, uma parte de novembro, mas eles não estão disponibilizados ainda.

Então, na Educação, nós percebemos que tem uma execução orçamentária acelerada. Eu vejo que até agosto ela já tinha executado praticamente 70% do Orçamento, dos quatrocentos e trinta milhões de dotação atualizada, enquanto que o Desporto e Lazer só tinha executado 42% da previsão inicial de três milhões, quinhentos e sessenta e três mil. Até nós frizamos hoje, porque nós discutimos a saúde que está em cima ali do Desporto e Lazer, também uma execução orçamentária bastante tímida também. Até agosto de 43,89. Aí frizamos ali direitos da cidadania também, bastante tímida. Ciência e Tecnologia também 31%. Mesmo em Transportes que é uma Secretaria que hoje tem trazido resultado, demonstrado uma série de parceria, a execução orçamentária é baixa, é de 21%, aliás, uma das menores de todas, mesmo com os programas em curso, com as parcerias aí com os produtores. E a Secretaria que mais avança em termos de execução é a Secretaria de Educação, e ali a Previdência Social e o Poder Legislativo, a Assembléia Legislativa. Nós, inclusive, já alertamos a Assembléia Legislativa de que vai ter que fazer suplementação orçamentária para essa execução orçamentária, é o que mais avançou de todos.

Era isso, são os dados para nós podermos debater com os gestores. Muito obrigada. Vamos retomar a Mesa.

(NESTE MOMENTO, É RECOMPOSTA A MESA DOS TRABALHOS.)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agora, eu vou passar a palavra ao Sr. Deoclesiano Ferreira Vieira, que é o representante da Secretária de Educação que havia confirmada a sua presença aqui na nossa Audiência e depois ao Baiano Filho, que é o Secretário de Esporte.

Registro a presença da Sr^a Helena Maria Bortolo, que é do SINTEP, subsede de Cuiabá. Eu não sei se ela está representando o SINTEP, mas eu gostaria que ela tomasse assento junto à Mesa.

O SR. DEOCLESIANO FERREIRA VIEIRA - Boa-tarde a todos!

Eu quero, Deputada Verinha Araújo, fazer um esclarecimento com relação à Secretária que eu estou representando. Eu vim para cá às 13:00 horas e às 13:30 horas ela me ligou, perguntando se há havia começado. Como ela tinha um estudo a apresentar às 14:30, 14:40 horas e achou que ia ficar prejudicado, nós vimos representá-la. É uma questão técnica e nós trabalhamos na área de planejamento, eu acredito que nós vamos discorrer aqui a contento.

A proposta da SEDUC, os senhores tiveram bastante visibilidade aí, é muito carregada dentro do Fundo e pouco dentro da SEDUC. São duas unidades orçamentárias. Dentro da SEDUC nós utilizamos mais para pagamento de pessoal não pertencente ao FUNDEF, pensionistas e inativos e para manutenção da unidade central. Então, por isso é muito carregado o orçamento do Fundo Estadual, em que nós temos toda a estrutura administrativa e financeira para executar nesse trabalho.

Outra coisa que nós observamos lá, e que foi detectada aqui pela relatora Verinha Araújo... Eu falei relatora porque ela estava relatando o Orçamento, o PPA. Então, nesse encaminhamento nós verificamos que alguns projetos são apresentados em 2003 e não são apresentados em 2004 porque mudou o programa.

Por exemplo, a Deputada Ana Carla Muniz achou bastante interessante que nós vinculássemos o programa de alfabetização a jovens e a adultos, para ter certeza de que iria dar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 13:00 HORAS.

continuidade dentro do programa, para que o aluno fosse alfabetizado, e a partir daí por diante ele já estaria inserido. Então, você verifica que o recurso foi aumentado dentro do programa do EJA, porque lá está verificado que nós vamos ter tanto de recursos, que estão vindo agora do Governo Federal, como também nós temos as nossas contrapartidas ali dentro. Então, essa é uma situação.

Pontualmente também os senhores estão verificando que, na questão da tecnologia da SEDUC, nós ficamos dois anos ou até três anos - e nós temos dois Secretários aqui, o Deputado Carlão Nascimento e a Professora Marlene, que comprovam isso - sem poder investir em tecnologia, porque não estava definido o prédio da SEDUC. Então, parece-me que agora está tendo uma sinalização do Governador Blairo Maggi para pontualmente definir o prédio para a SEDUC, para nós fazermos a infra-estrutura e a tecnologia. E aí a SEDUC não tem infra-estrutura para fazer, por exemplo, a *intranet*, ligando as escolas à SEDUC. Então, esse é um dos casos em que nós estamos investindo para estruturar todas as escolas e criar a estrutura da SEDUC para fazer esse encaminhamento também.

Deixe-me ver se não me lembro de algumas outras considerações... Ensino fundamental e médio. Bom, a receita do ensino fundamental é muito vinculada à proporcionalidade do número de alunos da rede, quer dizer, o recurso acompanha o aluno que está dentro da rede. E gradativamente os municípios têm criado uma infra-estrutura e têm buscado o aluno do ensino fundamental. Então, nós tivemos em 2001 e em 2002 uma queda sensível. Já em 2003 para 2004 permaneceu mais estabilizado, mas mesmo assim a proporcionalidade de recurso é menor.

Com relação ao ensino médio, tem muito investimento na relação demanda/investimento em infra-estrutura. Então, são os dois pontos básicos para fortalecimento do ensino médio.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Como vão usar os dezesseis milhões previstos para a tecnologia da informação? Qual é o programa que vai ser implantado? Como será isso? Será por número de escola? Porque é um recurso considerável.

O SR. DEOCLESIANO FERREIRA VIEIRA - Nós temos dois déficits. O primeiro com relação às escolas do ensino fundamental, onde nem todas têm um computador de última geração, que consegue receber e rodar os programas que recebem do MEC e da SEDUC. Então, todas as escolas têm que melhorar essa parte instrumental. O segundo, é que nós precisamos melhorar a situação dos laboratórios do ensino médio. Todas as escolas do ensino médio teriam que ter, no mínimo, o laboratório de ciências e o laboratório de informática. Há a previsão de fazermos essa ampliação também desses níveis.

E temos a questão de infra-estrutura de rede *software*. O Estado é muito carente de aplicativos. A maioria é pirata. A Secretaria não tem *software* e ela tem necessidade. Não adianta ter o laboratório para disponibilizar essa ferramenta na escola, se o professor não tem o aplicativo. É o que está acontecendo muito. O Deputado Carlão Nascimento vivenciou isso, porque ele foi a alguns municípios e fez comentários: "Olha, Deoclesiano, aqueles laboratórios estão todos fechados".

Então, nós fizemos um encontro com os nossos coordenadores de Núcleo e Tecnologia, que são responsáveis por essa área de tecnologia nos municípios, nos pólos, e no último comentário ficou registrado que a SEDUC se preocupava em colocar lá os laboratórios, mas não dava condições de trabalho, que era a aquisição de aplicativos, de *softwares* educativos para fazer esse trabalho. E nós convidamos uma pessoa para trabalhar a tecnologia conosco, que é a Luzia Ueta, uma pessoa altamente competente, que trabalhou muitos anos dentro do CEPROMAT, inclusive desenvolveu a folha de recursos humanos lá da SAD, e ela tem feito as coisas com bastante consciência. Então, nós achamos que esse programa é bastante arrojado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE
2003, ÀS 13:00 HORAS.

Nós queremos louvar aqui os Deputados e que eles realmente fiscalizem para saber se essas demandas estão sendo executadas, porque também vai ajudar o Poder Executivo a cumprir aquilo que está proposto dentro do PPA.

Acredito que fiz um esclarecimento pontual no comentário que a Deputada Verinha Araújo relatou. Se houver mais alguma pergunta, estou à disposição.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Gostaria de chamar o Secretário de Esportes, Baiano Filho... Ele quer esperar um pouquinho.

Então, vou passar a palavra para a Professora Maria Helena Bortolo, que quer fazer uma pergunta.

A SR^a MARIA HELENA BORTOLO - Boa-tarde!

Bem, um dos questionamentos que nós sempre fazemos nos finais de ano ou mesmo nas discussões do Orçamento é essa questão imperativa, que nós sempre cobramos, que é a ampliação dos recursos para a Educação, tendo em vista uma série de discussões feitas aí, em âmbito nacional, em âmbito internacional, sobre a questão da prioridade da educação.

Nós verificamos que, na prática, com relação às peças orçamentárias, e aqui não me refiro somente à peça orçamentária do Estado, mas também às peças orçamentárias dos municípios... A de Cuiabá tem uma redução com relação ao que nós tínhamos em 2002 para 2003, agora de 2003 para 2004 há redução no investimento para a educação. Bom, isso se verifica no âmbito municipal. Nós verificamos aqui no âmbito estadual e também no âmbito da União, parece-me que a discussão com relação aos investimentos da Educação não tem permeado as peças orçamentárias nesse ano de 2003.

Então, essa é uma discussão sobre a qual precisamos fazer uma reflexão, Deoclesiano, tendo em vista a grande demanda da educação, até porque ela não se restringe à questão das quatro salas de aulas. Ela tem um leque muito grande. A questão da valorização dos trabalhadores da educação, que tem permeado as nossas reflexões e as nossas cobranças, é uma das discussões que nós temos destacado, para que se possa garantir uma efetiva qualidade, à medida que se possa estar garantindo profissionais que se identifiquem exclusivamente à rede e possa dar toda uma dimensão para a questão da educação. E nós verificamos que isso não está contemplado. A questão da valorização dos trabalhadores da educação com relação à questão salarial, - eu penso, e já fazendo uma cobrança, Deoclesiano -, precisa ser dada ênfase, tendo em vista a dimensão que é a valorização dos trabalhadores da educação. E nós vamos fazer essa cobrança.

Penso que a questão do estradeiro que está compondo dezesseis pontos, praticamente 16% do PPA, está dando uma dimensão incomensurável à questão dos investimentos no Estado, e com relação à educação é ínfima. Portanto, a de se ter aí de fato a prioridade na educação.

Quando nós nos referimos às questões pontuadas, a educação infantil não aparece. Tem se dado à discussão da educação infantil um enfoque somente para os municípios. Uma discussão que nós temos cobrado e tem propiciado reflexões com a categoria e com o Estado, é a questão o regime de colaboração, e nós temos presenciado na prática a questão da municipalização, onde você tem uma demanda grande ofertada pelo município e uma redução drástica no Estado. Então, esta é uma questão que precisa ser evidenciada. Município e Estado precisam estar garantindo esse regime de colaboração, até para dar sustentabilidade aos encaminhamentos e às demandas do município. E a educação infantil é um ponto que precisa ser abordado, não é exclusividade do município. O Estado precisa atender essa demanda, como uma dimensão que está

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 13:00 HORAS.

sendo colocada para a sociedade, enquanto educação de homens e mulheres a partir de zero ano de idade. Portanto, é uma omissão que está colocada aqui na peça orçamentária e dentro do PPA.

Voltando à questão da tecnologia, nós precisamos dar mais esclarecimento sobre isso. De fato, isso vai estar contemplado na questão da informatização das nossas escolas? Ou a informatização vai ser dada apenas com um computador na escola? Que informatização é essa? Ela vai atender uma dimensão de mais de seiscentos mil alunos? Isso não está muito claro, com relação a esse grande percentual que está sendo evidenciado aqui no orçamento. E nós precisamos ter claro isso, para nós de fato fazermos a cobrança. Só lançar a questão dos recursos não dá essa dimensão, para onde vão ser canalizados, se são laboratórios do ensino médio, ou se isso também vai estar canalizado para ensino fundamental, para educação de jovens e adultos. Portanto, penso que não tem clareza essa questão dos recursos destinados à questão da tecnologia. E volto a repetir que a emenda apresentada pela Deputada Verinha Araújo precisa ser redimensionada e colocada em discussão, em pauta, aqui na Assembléia Legislativa, tendo em vista esses poucos recursos que estão sendo destinados aqui no orçamento. A princípio seria isso.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Antes que o Deoclesiano responda, só vou pontuar aqui: na sexta-feira, nós realizamos uma reunião com o Governador do Estado, havia dez Deputados presentes, e a pauta era a questão das reivindicações salariais dos professores. Na reunião, o Governador teria dito que ele pretende gastar no ano de 2004, nos recursos da educação, 74% com folha. Hoje, na execução orçamentária, o gasto com a folha é de 83%. Então, eu perguntei a ele: o que o senhor vai fazer, vai reduzir pessoal, vai demitir pessoal, o que o senhor vai fazer?

Então, hoje, inclusive a não-presença da Secretária aqui, me parece que tem muito a ver com essa discussão de recomposição dos professores, porque realmente, como a Helena disse, isso não vem especificado no orçamento em nenhum momento. O orçamento traz ampliação de recurso com pessoal na ordem de 17%, mas não diz se essa ampliação significa contratações, concursos, se significa recomposições salariais, então, isso não está muito claro no geral. Na educação especificamente, na parte de administração geral a ampliação é ainda menor.

Uma outra questão, Deoclesiano, é que o documento que nós recebemos, as leis que amparam a discussão do orçamento, não cita o art. 211 da Constituição Estadual, não cita a Lei Complementar nº 49 e a nº 50, não cita a LDB, a Lei nº 9.394, não cita a lei antiga, acho que 4.161 ainda, que é a legislação anterior. Não é isso, professora? Uma outra questão também é que na previsão de ampliação de salas de aula, onde aparece ampliação de salas de aula para ensino médio e ampliação de salas de aula para o ensino fundamental não se distingue se é na mesma escola. Tem lá: oito escolas a serem construídas no ensino médio; seis escolas a serem construídas no ensino fundamental. Isso significa as mesmas escolas, num mesmo espaço físico, ou são escolas diferenciadas e espaços físicos diferenciados? Isso no orçamento não é especificado e eu gostaria que depois o senhor respondesse.

Quando o Secretário de Esportes estiver ponto, nos avise.

Com a palavra, o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Verinha Araújo, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social; do Deputado Carlão Nascimento, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária; e do Deputado Zé Carlos do Pátio, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária.

Cumprimento o Secretário de Estado de Planejamento, Yênes Magalhães, cumprimento também a professora Maria Helena Bortolo, da Subsede do SINTEP de Cuiabá; o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 13:00 HORAS.

Deuclesiano Ferreira Vieira, Superintendente de Planejamento, neste ato representando a Secretária de Educação; o Secretário de Estado de Esporte, Baiano Filho; o Deputado Joaquim Sucena, que chegou ao auditório e o convidou a participar conosco.

Quero, na verdade, cumprimentar a Deputada Verinha Araújo, que é Presidente de uma Comissão importante, que é a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social. Esta Audiência Pública tem o objetivo, não de fundir os assuntos, mas de discutir dois assuntos ao mesmo tempo, que são esporte, Deputado Zé Carlos do Pátio, e educação. Cumprimento todos os senhores que estão presentes nesta audiência.

Nós temos sempre feito uma cobrança. A Assembléia Legislativa tomou a decisão de setorizar as discussões. Acredito que esta é uma data, um dia muito oportuno para discutirmos o Orçamento Geral do Estado, a LOA que aí está, e o PPA.

Eu fico, sinceramente sentido, Deputada Verinha Araújo, com a ausência da Secretária de Educação, Ana Carla Muniz, que, por mais justificável que seja, não se justifica, porque é um único dia de discussão. É uma pena que não haja uma participação maior talvez até pelo tempo de mobilização, mas de qualquer forma as pessoas que aqui estão, estão para debater, para discutir.

E a Mesa Diretora tomou a decisão de discutir exaustivamente. Se for preciso, que se espere, não vote até o dia 15, vote depois, mas nós vamos discutir essa peça orçamentária, por entender que ela é importante no momento, eu diria, de transição na vida do Brasil. Nós, na verdade, estamos com um modelo de reforma tributária sendo apreciado. Particularmente, Sr. Secretário Yênes Magalhães, não acredito que o Estado de Mato Grosso, nenhum Estado, vá perder recurso, porque o Congresso Nacional não vai ser irresponsável a esse ponto de impactar a receita de Estado assim, sem mais nem menos, mesmo que tenha uma reforma tributária que vem impactar, nós temos que ter um dispositivo de compensação para que o Estado não perca, afinal de contas o Orçamento já estava pronto, a LDO aprovada e o PPA já está em discussão. Então, não acredito. Eu acredito que, no mínimo, nós teremos essa receita que está estabelecida no Orçamento. E, aliás, até discordo também, porque eu acho que a receita é até maior. Eu acho que há... Eu sempre defendo isso. Não conheço nenhum orçamento que não tenha sido cumprido nos últimos anos. Tenho feito um acompanhamento rigoroso e todos os orçamentos têm sido cumpridos.

Então, Deputada, eu quero parabenizar o trabalho que Vossa Excelência faz na Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, porque eu disse que se há Deputados que trabalham nas Comissões são os Deputados Zé Carlos do Pátio, Verinha Araújo, Carlão Nascimento, Joaquim Sucena, são eles que têm se dedicado as suas Comissões. São Presidentes de quatro Comissões importantes. A Comissão de Constituição e Justiça é presidida pelo Deputado Joaquim Sucena. A Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária é presidida pelo Deputado Carlão Nascimento. Esta é uma discussão que está afeta mesmo às Comissões.

Geralmente quando um Deputado faz parte de uma Comissão é porque ele tem uma certa identificação com aquele assunto. Deputada Verinha Araújo é professora, portanto conhece plenamente os assuntos da educação. Por isso é importante essa discussão. Acho que temos que nos cercar de todas as garantias para que, em havendo receita, tenha a reposição salarial, isso é necessário. Eu acho que o próprio Governador deve entender isso como uma necessidade, um instrumento legal que tem que ser colocado à disposição do profissional. E, nesse aspecto, ninguém mais do que a Deputada Verinha Araújo tem batido em cima disso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 13:00 HORAS.

Então, eu quero empenhar o nosso apoio para que o fruto dessa discussão seja levado avante. Na verdade, o que o Plenário da Assembléia Legislativa tem que fazer é referendar as discussões e as decisões que houver nas comissões, porque o fruto dessa discussão aqui vai se transformar em emendas nas suas respectivas comissões.

Então, eu gostaria de colocar isso. Frente à Presidência, a nossa intenção é essa, aprovar um Orçamento mais participativo possível. Não é possível fazer inteiramente com a participação da sociedade, mas que pelo menos segmentos da sociedade se mobilizem e nos ajudem na elaboração dessa peça orçamentária.

Então, essas Audiências Públicas são muito importantes, eu faço questão de frisar aqui, até mais do que adentrar o assunto que os senhores já estão debatendo, discutindo, já estão no mérito da matéria. Eu vi que a Deputada Verinha Araújo se preparou para essa Audiência Pública, é uma Audiência Pública que deveria ser feita com a presença de, pelo menos, quinhentos profissionais da área, porque o Deputado se empenha, se prepara, mas eu acho que depois a Deputada Verinha Araújo, a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, os demais Deputados vão ter oportunidade de fazer esse debate na TV Assembléia, abrir o maior espaço de tempo possível na TV para que haja esse debate e abra a possibilidade nesse debate da sociedade também dar sugestão, vir ao nosso sistema que está implantado, que é a TV Assembléia. Então, é importante também a TV Assembléia para isso aí. Eu até sugeri que esse debate se expandisse, Deputada Verinha Araújo, chamando a Secretária para vir ao debate na TV Assembléia para, a partir daí, os senhores também poderem participar dando sugestões.

Eu não posso deixar de agradecer o Secretário Yênes Magalhães, igualmente alguns outros Secretários, o Secretário Marcos Henrique Machado, o Secretário Baiano Filho, que aqui está. E o Secretário Baiano Filho pode ter certeza de que nós queremos implementar mais recursos para o esporte. Nós vamos trabalhar isso, eu quero pedir aos colegas Deputados - e a maioria aqui é a favor - para implementarmos um pouco mais de recurso para a Secretaria de Esportes, Secretário Yênes Magalhães. E Vossa Excelência já olha, meio desconfiado. De onde vamos tirar? Vamos procurar uma raspinha, vamos ajudar um pouco mais o esporte.

Mas eu estava aqui fazendo um agradecimento ao Secretário Yênes Magalhães, que não tem medido esforços para participar de todas as discussões. É importante a presença do Secretário aqui. Recebemos agora há pouco o Secretário Marcos Henrique Machado, na Audiência da Secretaria de Saúde, que é da Comissão de Saúde, prevista em lei. É outro Secretário que sempre comparece. É um instrumento que a Assembléia tem em mãos e não dá para entender por que é que o Secretário não pode tirar uma hora para participar dessas discussões.

Então, eu quero agradecer o Secretário Yênes Magalhães, agradecer o Secretário Baiano Filho e quero dizer, Deputada Verinha Araújo, que fruto desta Audiência Pública, fruto desta discussão, nós vamos olhar com muito carinho essas emendas que são um instrumento legal que pode dar suporte para o próprio Governo depois atender. O pior de tudo é depois falar: "Olha, até que tenho recurso, mas não está previsto". Quer dizer, pode também fazer uma emenda, é lógico. A LDO vem sendo alterada paulatinamente, toda vez que é necessária uma alteração, que seja para contribuir com a aplicação de um recurso em área essencial, a Assembléia nunca faltou com esse acordo de alterar a LDO.

Eu acho que a peça orçamentária é uma peça que vai ter que sofrer um acompanhamento mais de perto. Eu acho que o sistema, o planejamento público brasileiro é muito falho. Se vocês buscarem, vocês não vão encontrar um único Orçamento neste País que tenha sido aplicado na sua totalidade. É impossível! Mas ele deveria, pelo menos, estar mais próximo da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE
2003, ÀS 13:00 HORAS.

realidade, ter um Orçamento onde nós tenhamos segurança de que o que está previsto ali seja aplicado.

É muito comum a União, Deputada Verinha Araújo, alterar o Orçamento. Eu vi um estudo, quebrei a cabeça hoje para descobrir onde eu vi esse estudo, que o Orçamento da União do ano de 2001, apenas 41% foi executado. Aí vocês vão perguntar: “Mas, espera aí, foi executado apenas 41%? Quer dizer que arrecadou só 41%” Não. Teve excesso de receita. Foi desviada a finalidade do recurso. É muito comum você colocar dez milhões de reais para uma obra, lá no meio do ano faz uma alteração, um remanejamento e acaba alterando. Então, é importante esse acompanhamento.

Então, eu quero aqui agradecer a participação de vocês, por menor que seja ela é representativa, tem representantes de vários segmentos. E quero dizer que a Mesa Diretora respalda integralmente a realização destas audiências públicas com o objetivo de melhorar a peça orçamentária, que pode ser melhorada por mais que ela tenha sido discutida, porque não adianta nós negarmos. A SEPLAN abriu uma ampla discussão conosco. O Secretário Yênes ofereceu a oportunidade de sugestões ao Parlamento, que foram colhidas nessa peça orçamentária, mas é importante nós colocarmos aqui que sempre dá para aperfeiçoar.

Então, Deputada, parabéns pela Audiência Pública, mesmo com pouca participação não tira o brilho da discussão. Como eu já disse, pode ter poucas pessoas, mas representando toda uma sociedade através de suas lideranças. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós que agradecemos.

Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio. Depois, o Sr. Deoclesiano Ferreira Vieira.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu tenho uma audiência com o Governador agora, para discutir a questão de políticas agrícolas e agrárias no Estado de Mato Grosso. Estarei reunido com o Governador, junto com a FETAGRI, MTA, MST e todas as entidades organizadas.

Eu quero aqui fazer uma sugestão, Secretário Yênes. Eu conversei com o Governador na sexta-feira, numa audiência que nós tivemos com ele e o SINTEP, o que não dá para conceber é o recurso dos aposentados e pensionistas ser anexado ao Orçamento da Educação.

Não está havendo investimento em educação. O correto é os vinte e cinco por cento serem investidos em educação. É o que não está acontecendo! Hoje, eu tenho uma preocupação muito grande, eu não entendo até hoje porque não foi questionada a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal em pagar para aposentados e pensionistas com o dinheiro do Orçamento da Educação. Eu acho que esses setores têm que ir para a Secretaria de Administração e ser gerido pela Secretaria de Administração.

Outro encaminhamento que eu quero colocar é que nós estamos hoje gastando com folha de pagamento trinta e quatro milhões e temos trinta e dois mil funcionários da educação. Quero aqui dizer da minha preocupação, nós estamos com doze mil funcionários contratados na educação. Eu acredito que ou o Estado está em débito em fazer um concurso, ou nós temos muitos contratados. Eu acredito que isso tem que ser analisado também.

Outro encaminhamento que eu quero colocar aqui é que se discute muito essa questão que o Governo do Estado está regularizando a promoção, os direitos, elevação de nível, de classe dos servidores da educação, mas eu não entendo uma coisa que eu acho extremamente errada na área da educação. Como um servidor hoje, um geógrafo, um matemático, um servidor formado em Letras trabalha na área instrumental, tem um salário inicial de mil e seiscentos reais, enquanto

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 13:00 HORAS.

um professor que tem vinte anos de carreira tem um salário de mil e duzentos reais. O salário inicial do professor é de seiscentos e poucos reais, e a média salarial do professor, hoje, da rede pública estadual é de oitocentos reais.

Uma outra coisa que eu quero colocar é que nós somos o oitavo salário do País em hora trabalhada. O professor mato-grossense é o oitavo salário do País. Ele perde para o Acre, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Amazônia, Tocantins, Goiás.

Qual é a minha análise? A hora trabalhada do professor de Mato Grosso é maior do que a hora trabalhada de qualquer professor das Regiões Sudeste e Sul, mas nós perdemos para todos os Estados das Regiões Centro-Oeste e Norte. Isso eu falei para o Governador. Isso, inclusive, o próprio Governador, na hora que tinha os dados na mão, reconheceu.

Em cima de tudo isso aí, Sr. Yênes, eu acredito que estão os caminhos para nós garantirmos a reposição salarial dos professores. Se nós temos saídas para resolver o problema, nós não podemos conceber o que estamos vivendo aí. Ah, mas nós estamos gastando 82% do nosso Orçamento da Educação em folha e o Governador tem uma meta de gastar 74%. Se nós estamos gastando 82% e o Governador só quer gastar 74%, ele quer 26% em investimentos e em manutenção da Secretaria de Administração, a pergunta que eu faço é a seguinte: então, já que ele quer gastar somente 74% do Orçamento, por que nós não aumentamos o Orçamento da Educação? O que não dá é aceitar a situação em que está a categoria hoje, sem o cumprimento da LOPEB, sem o cumprimento dos direitos que a lei garante. Então, em cima de todos esses questionamentos eu quero aqui dizer ao Deputado Riva, Presidente da Assembléia Legislativa, e fazer um pedido a Vossa Excelência para que institucionalmente... Eu gostei muito da sua condução de valorizar as Comissões. Eu sou Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, a Deputada Verinha Araújo é Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, o Deputado Carlão Nascimento é Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, o Deputado Joaquim Sucena é Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que está aqui. Eu queria pedir a Vossa Excelência, porque eu gostei muito da sua fala e acho que é uma das coisas que marcará a história deste Parlamento e da Assembléia Legislativa, não vou dizer na sua totalidade, mas que sejam acatadas, dentro do possível, as propostas das Comissões.

Eu, inclusive gostei da sua ousadia esses dias, quando conversei com Vossa Excelência a respeito de garantir o melhoramento do orçamento da instituição. Eu procurei e pedi, porque não posso conceber que a instituição tenha um orçamento menor do que o do ano anterior. Então, eu acho que a autonomia da Assembléia Legislativa tem que ser garantida. E uma das questões por que eu o admiro muito é que, mesmo a oposição na Assembléia Legislativa sendo minoria, Vossa Excelência nunca tirou o direito da autonomia e da soberania da Assembléia Legislativa.

Eu quero colocar à Deputada Verinha Araújo que ela pode contar conosco. Nós estamos aqui para sermos solidários. Eu também não posso negar que o Governador, na sexta-feira, sugeriu abrir na Secretaria de Fazenda todo o Orçamento do Estado de Mato Grosso, toda receita do Estado de Mato Grosso. Eu acho que essa é uma postura democrática. Ele quer debater abertamente essa questão, com transparência. Eu acho que é isso mesmo. Se nós buscarmos caminhos, e caminhos convincentes, porque não basta questionar por questionar, temos que ter posições consistentes. Não podemos ser irresponsáveis.

Quanto a dois atos do Governo esses dias, eu quero elogiar a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social. O Governador queria extinguir a Escola de Saúde Pública, mas, graças a Deus, com o convencimento da Deputada Verinha Araújo, do Deputado

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 13:00 HORAS.

Ságuas e meu, conseguimos evitar que esse projeto tramitasse na Assembléia Legislativa. Agora, nas OSs - Organizações Sociais, estão querendo colocar o ensino. Quer dizer, com isso, praticamente, terceirizaria o ensino público. Eu consegui convencer. Procurei, pedi vista ao projeto, conversei com Secretários, conversei com o Governador: Vão tirar o ensino das OSs. Quer dizer, seria praticamente uma terceirização da educação.

Então, eu acho que não podemos negar, é interessante, é democrático, porque o Governo, pelo menos, está acatando as nossas idéias quanto a algumas questões que achamos relevantes e importantes para o serviço público.

Então, neste momento, eu quero me mostrar solidário e acho que o principal tema da Comissão é a questão do salário dos servidores da Educação.

Eu acho que o restante... Ah! Nós vamos criar uma política para construir escolas? Vamos. Nós vamos criar políticas para construir quadras? Vamos. Mas o tema é valorizar o servidor da Educação.

E, por último, eu quero aqui dizer o seguinte: eu estou começando a ser um pouco mais audacioso. Eu entrei com um projeto de lei e o Governador até me elogiou, porque eu acho que é um tema que temos que debater. Eu entrei com um projeto de lei para reduzir o incentivo do algodão. O algodão, hoje, tem setenta por cento de incentivo e caiu para cinquenta por cento de incentivo. Com a redução do incentivo do algodão, estou propondo ao Governador, através do FACUAL, investir em dezenove escolas agrícolas que estão fechadas no Estado de Mato Grosso. O Governador gostou. Pelo menos é um tema que vamos começar a debater. Onde já se viu, temos dezenove escolas agrícolas fechadas e estamos criando incentivo de cem por cento para a soja, setenta por cento para o algodão, para o boi, para o arroz, criando incentivo para aquilo que arrecadamos que, na minha opinião, não é incentivo, pode ser incentivo para setores da economia, mas para mim é renúncia fiscal, é dinheiro que tínhamos que aplicar na educação que estamos perdendo. Então, eu quero colocar que esse tema é um tema que vamos debater, esse projeto de lei. O Governador achou interessante, porque achou que deve debater mesmo. Houve um projeto, inclusive do Governador, para reduzir o recurso do FAPEMAT, que é o Fundo para Pesquisa para investir nas escolas profissionalizantes, mas não sei se é o caminho.

Bem, eu quero parabenizar. Acho que o debate é salutar e nós vamos... Como membro desta Comissão, quero parabenizar a Deputada Verinha Araújo, parabenizar a Assembléia Legislativa, a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, a Comissão de Constituição e Justiça e todos que estão aqui presentes, participando. Está aqui a nossa ex-Secretária de Educação, Marlene Silva de Oliveira Santo. Ficamos muito felizes, quer dizer, se a Secretária não veio, pelo menos a ex-Secretária está aqui conosco. No mais, muito obrigado a todos.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Antes do Deoclesiano, o Secretário Yênes pediu a palavra e vou passar a ele.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Eu pedi a palavra, Presidente Riva, porque na abertura eu fiz algumas colocações que têm muito a ver com o que Vossa Excelência disse.

Primeiro, quero parabenizar a Assembléia por este ano, desde a LDO, e por esta discussão que estamos fazendo agora. Eu aproveitei a presença do Secretário de Esportes, Baiano Filho, disse da importância, Sr. Presidente, de estar todos os Secretários participando dessa discussão. Só a SEPLAN, a Secretaria de Planejamento, e muito menos eu, tem condição de fazer alteração nos projetos, nos programas, nas atividades.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE
2003, ÀS 13:00 HORAS.

Então, depende de cada Secretário, Deputado Zé Carlos do Pátio, vir aqui. Eu faço uma discussão com cada secretário antes de vir o processo para cá, só que aqui é a Casa de Leis, aqui os senhores podem sabatinar o secretário.

Eu tenho colocado que esse ano não é ano de eleição, é um ano de eleição de prioridades. Na verdade, existe toda uma sistemática na elaboração da LDO, do Orçamento, e a meu ver muita coisa pode ser aprimorada. Eu disse a ele que o trabalho que ele está trazendo vai ser muito enriquecido com a participação dos Srs Deputados. Na verdade, muita coisa pode ser alterada, é questão de estabelecer prioridades. Se nós virmos que esse projeto é muito importante, ou não é, com exceção daquelas áreas, por exemplo, saúde que no ano que vem tem 12% e educação que tem 25%, o restante é passível de ser remanejado. Precisa estabelecer a prioridade para atender melhor a população.

Eu só queria fazer um esclarecimento, Deputada Verinha Araújo, de que eu gostaria de estar aumentando a participação para todo mundo. Nós sofremos muito nesses últimos dias com os secretários, mas nós temos algumas coisas em 2004 que fogem da nossa vontade. Primeiro, 2004 é o último ano do pagamento da conta gráfica da dívida. A partir de 2005, sofre uma queda, depois começa a progredir, mas em 2004 eleva, para depois, em 2005, cair. Então, é um percentual a menos que nós vamos ter para poder trabalhar. Segundo, é o FAPEMAT, porque este ano saiu a decisão judicial. Então, ela já está incorporada no orçamento para o ano que vem, é objeto também de um projeto do Executivo para esta Casa...

(NESTE MOMENTO, A SR^a VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFOENE - INAUDIVEL.)

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Sim. É que sofreu uma alteração. Foi acertado com o Deputado Riva e vai ser encaminhado para o FAPEMAT e para o FEED, que é o Fundo Estadual de Ensino Profissionalizante. Temos também a questão da saúde, que este ano foi de 10,33%, e ano que vem será de 12%. Então, esses são os problemas que nós temos que cortar de algum lugar. Da educação não pode cortar, nem da saúde, então, não tem outro jeito de nós fazermos.

Agora, Deputado Zé Carlos do Pátio, com relação à questão de aposentados e pensionistas, existe uma decisão do Supremo, o próprio Governador colocou que à vontade dele, ao longo desses quatro anos, que nós busquemos uma forma, de tirar - porque, não adianta, todo ano você aumenta a arrecadação, aumenta a participação dos 25% (vinte e cinco por cento), mas, você também, vai aumentar o número de aposentado e pensionista, porque, todo ano tem um volume de gente aposentando. Então, estamos buscando uma forma, por isso a instalação do MATO GROSSO SAÚDE, para conseguirmos retirar o aposentado e pensionista dos 25% da educação. Essa é uma vontade do Governador, porém será difícil fazermos isso, sem dúvida alguma, mas temos que começar, e começar aqui com os senhores, discutindo as alternativas possíveis para se fazer isso.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Convido o Deputado Ságua para compor a Mesa. O Deputado Riva está saindo e Vossa Excelência pode se sentar à minha esquerda, Deputado Ságua.

Passarei a palavra ao Sr. Deoclesiano Ferreira Vieira.

Depois eu gostaria que um dos senhores que estão à Mesa nos respondesse por que o Secretário Yênes Magalhães citou agora o MATO GROSSO SAÚDE, e o MATO GROSSO SAÚDE não vai incorporar os servidores inativos, os aposentados. Na verdade...

O SR. YÊNES MAGALHÃES - A Superintendência de Previdência da Secretaria de Administração vai buscar essa forma. Eu cometi essa falha, Deputada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE
2003, ÀS 13:00 HORAS.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Deoclesiano Ferreira Vieira.

O SR. DEOCLESIANO FERREIRA VIEIRA - Respondendo as perguntas da Professora Maria Helena Bortolo, do SINTEP, o primeiro ponto é a questão dos investimento. É como o Secretário Yênes Magalhães falou. Nós temos uma metodologia para elaborar o Orçamento e o fazemos a preços de junho do exercício vigente e, dentro do exercício vigente, não tínhamos ainda sinalizado nenhuma suplementação dentro do Orçamento. Então, fizemos o Orçamento somando a unidade, o Fundo e a SEDUC, num total de quinhentos e trinta e oito milhões, quinhentos e oitenta e um mil, duzentos e oito. Desses quinhentos e trinta e oito milhões, sinalizamos 74% para pagamento da folha e somando SEDUC e folha daria trezentos e noventa e nove mil quinhentos e vinte.

Sabemos que nós já temos aí uma suplementação para o ano vigente de oitenta milhões para a educação, referente ao exercício de 2003. Então, significa que o Orçamento vai ser um pouco maior do que o estabelecido.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Quanto?

O SR. DEOCLESIANO FERREIRA VIEIRA - Oitenta milhões foram suplementados entre SEDUC e Fundo em 2003.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agora?

O SR. DEOCLESIANO FERREIRA VIEIRA - Agora, recentemente.

O Evaldo está aí... Está aqui... Está dentro do percentual. Só remanejamento por portaria. Desses aí, setenta e dois milhões foram somente para a folha em relação... Nós tínhamos problemas com os aposentados, porque aumentou o número em relação ao ano de 2002, e também o investimento com o ensino médio e as contrapartidas de convênios, que teríamos que garantir.

Com relação à questão de investimento desde a composição e depois que foi vinculada a Lei de Responsabilidade Fiscal, nenhum o gestor pode prever recursos com relação a pessoal a menor, como era feito nos anos anteriores. Colocava-se mais investimento e custeio e, depois, no final do exercício, remanejava esse recurso de custeio e de investimento. Agora não é mais possível fazer esse tipo de maquiagem. Então, nós colocamos 74%. Isso significa que quando o Governo tem dificuldade com a folha de pagamento, ele tem a possibilidade de reduzir os investimentos e garantir o pagamento do pessoal, essa é uma situação.

Com relação à tecnologia, Helena, eu já tinha acabado de comentar que na tecnologia nós temos duas situações. Quando os gestores chegam dentro da SEDUC, visualizam que tem um número de viagem dos técnicos, porque eles precisam visitar as escolas. É um custo altíssimo também. A estimativa de diárias na SEDUC está na faixa de dois milhões e setecentos a três milhões ao ano. Este ano o Governo reduziu para 50%. Então, nós estamos trabalhando mais ou menos com um milhão e meio, um milhão e setecentos. A possibilidade que nós temos de diminuir essas viagens sem criar empecilho de atendimento e de apoio técnico às escolas é melhorando a tecnologia. E essa tecnologia está sendo muito bem pensada, dentro do plano diretor do Estado, também coordenado pela SEPLAN e aí há vários comitês. Então, as coisas têm sido muito bem estudadas. Não está sendo feito ao acaso, nós estamos fazendo essas escolhas. Agora nós temos que instrumentalizar muito rapidamente, porque a educação está muito empobrecida em tecnologia de laboratório. Nessas condições nós temos que avançar muito, nesses problemas.

Dentro do regime de colaboração, e aí nós temos feito um esforço, e eu acho que o que está faltando mais não é nem escrever dentro do PPA, mas é o lado operacional. É um trabalho mais com as organizações de classe, inclusive é o time mais participante. O próprio SINTEP tem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 13:00 HORAS.

participado das comissões conosco, tem trabalhado, e eu acho que esse é o caminho. O regime de colaboração, o Estado de Mato Grosso foi pioneiro nesse sistema e tem dificuldade em alguns entendimentos, porque as pessoas acham que colaboração é só passar recurso e não é. A colaboração significa irradiar política, a pessoa saber receber e irradiar essa política dentro do seu sistema.

A última pergunta aqui que a Sr^a Helena fez foi com relação à educação infantil. Nós não temos tido realmente apoio, até porque não temos capacidade financeira nessa questão. Agora, acreditamos que fazemos um apoio em cima da política educacional, mas financeira realmente nós não temos tido oportunidade, nem condições para apoiar melhor os municípios.

Respondendo ainda uma pergunta da Deputada Verinha Araújo, com relação à legislação, ao art. 211, que foi citado, isso aí nós juntamos com o planejamento e vamos corrigir o processo.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nem a Lei Complementar nº 49, nem a nº 50 e nem a nova LDB...

O SR. DEOCLESIANO FERREIRA FILHO - Isso aí nós vamos corrigir junto com a equipe de planejamento, da SEPLAN.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu gostaria de convidar o Deputado Zeca D'Ávila para compor a Mesa.

Com a palavra, o Sr. Baiano Filho, Secretário de Esportes e Lazer.

O SR. BAIANO FILHO - Inicialmente, boa-tarde.

Cumprimento a Deputada Verinha Araújo, que preside esta Audiência Pública, e todos os Parlamentares.

Consideramos que é possível, verdadeiramente, abriremos espaço, em todos os sentidos, para que a comunidade mato-grossense possa participar do Orçamento.

Todos sabem que nós chegamos à Secretaria há pouco mais de três meses e estamos procurando diagnosticar toda sua realidade em todos os sentidos. E a nossa choradeira também é bastante grande, como nas demais Secretarias, e nós entendemos a necessidade de todas elas.

Quero dizer, Deputada Verinha Araújo, que nós cumprimos a programação tanto da SEPLAN como da SEFAZ com relação aos recursos para pessoal. Estamos conscientes de que teremos que ter uma pequena suplementação para que nós possamos cumprir o ano de 2004. Por outro lado, já na área de investimentos, nós tivemos um avanço significativo, nós seguimos um Orçamento de 2003 de, aproximadamente, 810, 811 mil reais e já tivemos que suplementar essa conta em mais dois milhões de reais para que nós pudéssemos desenvolver diversos programas de atendimento, de ampliação, de reforma e até mesmo de construções, onde nós estaremos contemplando, ainda neste ano, 10 municípios. Segundo o entendimento do Governo, e também da secretaria, evidentemente, com o aval da Assembléia Legislativa, serão contemplados municípios que não possuem nenhuma quadra poliesportiva coberta.

Eu acho que nós avançamos bastante. Estamos praticamente investindo dois milhões e oitocentos mil, que nos serviu de embasamento para que no próximo ano nós tivéssemos um orçamentário em investimento de, aproximadamente, dois milhões e setecentos. Estamos também com uma expectativa muito grande no resultado que nós teremos da emenda que a bancada federal fará para o esporte e lazer do Estado de Mato Grosso. Nós visitamos o Parlamento Federal, os nossos Senadores e também os nossos Deputados Federais e houve um comprometimento da bancada de, em uma emenda única de toda bancada, alocar recursos para o esporte e lazer do Estado

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE
2003, ÀS 13:00 HORAS.

de Mato Grosso, uma conta única onde nós haveremos de ter um entendimento com todos os setores, onde nós pretendemos priorizar a distribuição desses recursos.

Eu fico feliz, na condição de Secretário, em saber que a Assembléia Legislativa se preocupa em todos os sentidos com o Orçamento e com todas as secretarias, e por saber que nós teremos melhorias importantes neste Orçamento de 2004.

Quando o Secretário Yênes sorriu, eu tenho certeza de que é um sorriso de felicidade, de saber que nós poderemos atender, se não a todos, pelo menos a contento esse setor do esporte e lazer do Estado de Mato Grosso, que tem um papel fundamental, um papel importante em vários sentidos.

Nós talvez estejamos até pecando. Permitam-me um relato. Nós estamos conhecendo verdadeiramente cada situação, cada região. Estamos sendo como o Deputado Zé Carlos do Pátio, audaciosos. Estamos indo provocar as regiões, o Baixo Araguaia, vamos em breve, em reunião que está sendo agendada para a região do nosso Deputado Ságua, em Juína, Juruena, Cotriguaçu, Castanheira, onde o esporte, praticamente, precisa de uma sacudida.

Eu acredito que com mais este apoio que a Assembléia Legislativa nos dará nós haveremos de melhorar significativamente as ações da nossa Secretaria no próximo ano.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós vamos abrir a palavra agora. Está inscrito o Cláudio de Oliveira, da TV Assembléia. Não se encontra aí?

Mais alguém gostaria de utilizar a palavra, fazer alguma pergunta?

O SR. BAIANO FILHO - Deputada, eu gostaria só de fazer um registro no sentido de reconhecer o trabalho da Assembléia Legislativa em atuação anterior. A Lei de Incentivo, através do PRODEI, tem sido a salvação da Secretaria de Esporte e Lazer do Estado de Mato Grosso. Então, fica aqui o nosso reconhecimento. Nós estamos tendo aí um aumento de receita de aproximadamente dois milhões e seiscentos mil reais nesse ano de 2003, que sem sobra de dúvida tem nos dado a oportunidade de agir, de deslocar, de correr atrás, de buscar e atender as necessidades dos municípios. Então, fica registrada a satisfação dos esportistas, dos desportistas do Estado de Mato Grosso. Acreditamos que no futuro nós estaremos também em parceria, buscando uma nova lei que incentive outros empresários a contribuírem para o desenvolvimento do esporte e lazer do Estado de Mato Grosso.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Os Deputados da Mesa gostariam ainda de utilizar a palavra? Professora Maria Helena Bortolo?

A SR^a MARIA HELENA BORTOLO - Eu percebo que nós temos um grupo de Deputados que poderia fazer, neste momento, Deputada Verinha Araújo, que preside a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, em que os trabalhadores da Educação reivindicam recomposição salarial, estabelecida na Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica... Eu queria que nesta Audiência Pública, Deputada Verinha Araújo, Deputado Ságua, Deputado Carlão Nascimento, e na presença do Secretário de Planejamento e do Sr. Deoclesiano, que representa a Secretaria de Educação, Ana Carla Muniz, houvesse o comprometimento desta Casa de Leis - parece-me que pela fala do Deputado Riva isso procede -, que houvesse o compromisso dos Deputados com relação à ampliação dos recursos para a Educação e o compromisso desta Casa de Leis em restabelecer o cumprimento da Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso. Se não houver compromisso, Deputada Verinha Araújo, nós ainda voltaremos à tecla de estarmos fazendo e participando de audiências públicas voltadas para o debate, à reflexão, para que haja superação. Nós estabelecemos, então, alguns encaminhamentos, Deputada,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE
2003, ÀS 13:00 HORAS.

para que nós possamos fazer a superação deste ano de 2003, e com certeza, com o Orçamento que será aprovado por esta Casa de Leis a superação para o ano de 2004.

Enquanto representante dos trabalhadores do ensino público do Estado de Mato Grosso, nós estamos solicitando que haja, por parte desse coletivo de Deputados, o compromisso de estabelecer o debate do Orçamento apresentado aqui na Casa de Leis, e o compromisso de se estabelecer a discussão para recomposição salarial dos trabalhadores da educação no Estado de Mato Grosso em 2003.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Professora, para finalizar a nossa Audiência Pública, no tocante à educação, na sexta-feira, nós participamos de uma reunião, em que havia 10 Deputados, com o Governador e com a Secretária de Educação, e foi colocado pelo Governador que essa semana a Secretaria de Estado de Fazenda estaria aberta para uma reunião para abrir os dados, informações, para nós discutirmos essas possibilidades.

Eu não sei se já foi agendada essa reunião da Secretaria de Fazenda com o SINTEP. Nós estamos à disposição para estarmos presentes a esta reunião. Agora, fora isso, fora o encaminhamento da sexta-feira, aqui, na Assembléia Legislativa, por parte dos Deputados, nós temos uma pré-disposição de mexer no Orçamento para deslocar recurso ou mesmo para discutir essa questão da recomposição. Agora, é preciso que haja a participação da Secretária de Estado de Educação, que não está aqui hoje presente, e do Secretário de Fazenda.

Eu queria saber do Secretário de Planejamento a possibilidade de nós fazermos essa agenda da nossa Comissão. E aí nós convidamos os outros Deputados que queiram participar com a Secretaria de Fazenda e de Educação para nós discutirmos dentro do Orçamento que recebemos aqui o que é possível mexer, o que dá para nós mexermos para ampliarmos os recursos da educação. Hoje, não tem outra alternativa, ou nós ampliamos os recursos para a educação e de onde deslocamos, ou então o Governo vai ter que encontrar uma saída. Não tem como, vejam bem, está ali, o Governo quer trabalhar com 74%, limitando o gasto com folha, dentro dos recursos da educação. Mas, na execução orçamentária, hoje, da última até agosto deu 87,91%. Então, isso, inclusive, é contraditório. Como é que hoje o Orçamento em execução com arrecadação crescente, pois são executados 87% com folha, o Governador fala em reduzir para 74%? Com ampliação... Quer dizer, o que o Governador fará para reduzir? Então, eu acatei o encaminhamento da senhora.

Eu queria dizer que o encaminhamento que colocamos ao Secretário de Planejamento é uma reunião, Deputado Carlão Nascimento - e o Deputado Ságua é da Comissão, o Deputado Zé Carlos do Pátio que saiu também é -, com a Secretaria de Fazenda para fazermos essa discussão preliminar sobre o Orçamento, sobre a possibilidade de se ampliar os recursos da Educação, de onde deslocar.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Bom, Deputada Verinha Araújo, o que eu posso dizer é que, e eu estava até conversando com o Deputado Joaquim Sucena, os 25% da Educação serão mantidos, sem dúvida alguma. Neste momento, discutirmos a ampliação disso é praticamente impossível. Por quê? Hoje, no ano de 2003, nós tivemos de manutenção da máquina administrativa e investimento de cento e cinquenta e três milhões. Para o ano que vem nós temos trinta milhões para manutenção de todo o Estado de Mato Grosso. Quer dizer, não tem de onde tirar.

Eu estava falando para o Deputado Carlão Nascimento que vontade nós temos. Saindo daqui eu terei uma reunião, porque acabei de ser convocado pelo Governador, com a Secretária de Educação, Ana Carla Muniz, porque há necessidade, e sem dúvida alguma é o maior Orçamento do Estado, de ter uma discussão maior com relação à educação. Então, que seja marcada outra audiência para que a Secretária possa, porque o Deoclesiano viu qual foi o encaminhamento

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 13:00 HORAS.

dado hoje, para que possamos ver... Ela tem... Quando ela apresentou essa proposta ao Governador, de chegar aos 74% de folha... Eu acho que compete à Secretária. Eu não tenho nem capacidade para dizer o que fazer. Quer dizer, a Educação tem toda uma estrutura para dizer o que fará para chegar nisso. É uma dificuldade muito grande.

Eu estou totalmente à disposição para nos reunirmos quantas vezes forem necessárias. Eu até pedi ao Deputado Carlão Nascimento, porque eu acho que há necessidade, Deputada Verinha Araújo, de se ampliar. Foi-me repassado que serão seis audiências, mas eu acho que todas as Secretarias, praticamente, teriam que passar por essa discussão, a Secretaria de Turismo, a Defensoria Pública é uma coisa extremamente importante. Eu conversei com o Governador e todo o secretariado está à disposição para vir melhorar essa discussão.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Então, para encerrarmos a nossa audiência, Secretário Yênes Magalhães, eu aguardarei o seu retorno, já que Vossa Excelência vai se reunir em seguida com o Governador e com a Secretária de Estado de Educação, Deputada Ana Carla Muniz, para que possamos realizar outra reunião como esta para avançarmos a discussão. Então, eu fico aguardando o retorno de Vossa Excelência para esta data, inclusive com a presença da Secretaria de Fazenda, porque assim foi anunciado, na sexta-feira, pelo Governador, de que a Secretaria de Fazenda estaria abrindo os números. Então, eu acho que precisa chegar esse momento de abirmos os números de fato, o que tem arrecadado, se os repasses que estão sendo feitos à Secretaria de Educação são os corretos, porque precisam ser feitos de acordo com as vinculações constitucionais. Eu aguardo o retorno de Vossa Excelência para essa próxima data.

Quero dizer à Secretária de Educação que sentimos muito a ausência dela aqui hoje, apesar de que o nosso trabalho era um trabalho mais interno mesmo, de acompanhar, os Deputados presentes, onde poderemos mexer, em que poderemos mexer.

Agora, com relação à Secretaria de Esportes, no Orçamento da Secretaria há uma queda de quase vinte e seis por cento. Não é, Baiano?

Com relação ao Fundo, que não explicitamos, Vossa Excelência disse que pretende fazer parceria com recursos federais. Quer dizer, todo mundo fica atrás do dinheiro federal, que não vai ter não. Não adianta ficar achando que vai... Pelo que estou vendo aí, está feito. Pelo que estou vendo aí, virá tudo muito bem medido, para onde vem e como usar o dinheiro.

Vou passar a palavra ao Deputado Carlão que pediu a palavra.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Apenas para agradecer a presença do Secretário Yênes e de toda sua equipe; do Secretário Baiano e toda sua equipe; e do Deoclesiano com a equipe da SEDUC.

Eu gostaria de lamentar também a não-presença da Secretária Estadual de Educação. Lamento, porque estamos discutindo algo que pode algum Deputado querer mexer nesse programa da educação, perfeitamente aceitável. O Deputado pode mexer e, infelizmente, o Secretário nem sabe o que está ocorrendo. Aí, lamento até porque é uma Deputada, nossa colega aqui. Então, lamento.

Mas quero dizer também, Secretário Baiano: não sonhe muito com o Governo Federal. O Governo do PT não está colocando muito a mão no bolso também não.

Tenho aqui o Orçamento de 2003 da União, e o que vai repassar para o Estado é o mesmo de 2004, até copiado de Fernando Henrique.

O SR. SÁGUAS - De 2004 é o mesmo de 2003...

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Exatamente. A mesma coisa. A Receita também é verdadeira, quer dizer, tudo que o Fernando Henrique fez para o Estado, estão copiando

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE
2003, ÀS 13:00 HORAS.

aqui. A mesma coisinha, não mudou nenhuma vírgula, não podemos sonhar muito com isso não. Então, Deputada Verinha Araújo, vamos começar também cobrar do Governo Federal que aumente também os recursos.

Tem algo que eu não percebi aqui que é a questão do transportes escolar. Eu tenho chamado muita a atenção disso, até pela experiência que nós tivemos lá, não é, Marlene? Então, transporte escolar é algo que foi aprovado na lei desse ano. Aprovou uma lei, o Estado vai ter que ser responsável pelo seu transporte, o município pelo seu, eu não sei se algum prefeito vai querer fazer transportes escolar nas condições em que o Estado vem pagando. Então, é algo que precisa ter uma discussão séria. Eu ouvi do Governador, ou faz transporte, ou faz educação. Ele vai ter que decidir agora, ele vai ter que fazer transportes e educação. Portanto, lamento que a Secretária perca uma discussão como essa. É importante que destaquemos isso.

No mais, agradeço e digo que qualquer sugestão que pode ir para a Comissão de Educação, pode ser diretamente para a Verinha Araújo, que é Presidente da Comissão. Se quiser se dirigir também à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, da qual sou Presidente, ou, então, ao Deputado Joaquim Sucena, que é Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Só para orientar cada um que sugestão é bem vinda em qualquer comissão, e aí nós vamos discutir. Sempre lembro que toda e qualquer emenda, venha de onde vier, nós vamos procurar estar discutindo com a equipe técnica do Governo, mais precisamente com a Secretaria de Planejamento, e aí seria interessante também que nessa reunião tivesse a presença do técnico da Secretaria afim, mas também tivesse a presença do Secretário, que é quem define. No momento de aceitar ou não a emenda, é preciso decisão, e quem decide para mim é o Secretário, o técnico vai orientar apenas.

Então, é importante, nessas audiências públicas, que nós vamos fazer, para fechar as questões das emendas, e conseqüentemente o nosso relatório, a participação do Secretário, juntamente com os técnicos. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - É isso.

Então, nós vamos aguardar o retorno do Secretário Yênes Magalhães hoje ainda sobre a próxima reunião da Educação.

Eu quero agradecer todas as autoridades aqui, e convidar, porque a Comissão que presidimos é a de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, para a próxima Audiência Pública, no dia 24, segunda-feira, às 18:00 horas, lá na AMM. Convido o Secretário Baiano Filho e o Secretário Yênes Magalhães a estarem presentes. Teremos a presença do Sr. Márcio Meira, que é o Secretário Institucional do Ministério da Cultura, que irá expor toda essa parte de financiamento da União, como a União está trabalhando o Orçamento para o ano que vem e a ampliação de recursos.

O Secretário de Cultura já confirmou a presença.

O Deputado Carlos Abicalil irá falar do Plano Nacional de Cultura, que está na Câmara dos Deputados, e nós aqui vamos trazer os dados do Orçamento da Cultura do Estado para o ano que vem, que, infelizmente, há redução na parte de cultura e turismo.

Secretário Yênes Magalhães, eu estava cobrando audiência para o turismo, porque o turismo também terá redução de recursos no Orçamento de 2004 e isso nos preocupa. Não sei se depois o Deputado Carlão Nascimento poderá fazer esse debate específico do turismo...

Agradeço a presença de todos e vamos aguardar a próxima audiência especificamente para a educação.

Temos sessão agora às 17:00 horas e todos estão convidados.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PLANO PLURIANUAL 2004/2007 E O
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2004, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE
2003, ÀS 13:00 HORAS.

Agradeço a Professora Marlene, que contribuiu com a nossa Comissão.
Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Rossana Valéria Guerra;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Laura Yumi Miyakawa.